

Porto Alegre, 02 de setembro de 2024.

A/C Profa. Dra. Denise Pires de Carvalho
Presidente da CAPES

Assunto: Demandas das IES da Regional Sul do FOPROP em razão do estado de calamidade no Rio Grande do Sul

Prezada Profa. Denise,

Com os nossos cumprimentos, os Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação de Instituições do Rio Grande do Sul (RS) vêm, por meio desta, apresentar as demandas de nossas instituições, algumas já mencionadas anteriormente pelo FOPROP, em decorrência das consequências da grave crise climática ocorrida em maio de 2024, que afetou profundamente o estado do Rio Grande do Sul. No período pós-enchente, tornou-se evidente que o processo de recuperação é mais complexo do que o inicialmente previsto, revelando uma série de desafios que estão sendo identificados progressivamente. Passados 4 meses da enchente, as rodovias federais e estaduais ainda têm 54 pontos de bloqueio total ou parcial e o único aeroporto internacional do estado permanece fechado. Dessa forma, torna-se um desafio sair ou chegar ao Rio Grande do Sul já que, devido a essa situação, além da escassez de voos para o nosso estado.

Nossas universidades têm enfrentado uma redução significativa nas parcerias nacionais e internacionais desde o evento climático, devido à necessidade de recuperação das nossas infraestruturas e às dificuldades logísticas para o transporte de pessoas e insumos. Isso, inicialmente, reduz a competitividade para colaborar com pesquisadores de outras instituições. Além disso, estamos testemunhando uma queda ainda mais acentuada no ingresso de estudantes na pós-graduação. Durante este período, o Rio Grande do Sul se torna menos atrativo para investimentos do setor produtivo, diminuindo as oportunidades de retenção de nossos graduados no estado e levando a um êxodo regional de talentos. Assim, é evidente que este evento climático extremo poderá resultar em um retrocesso muito significativo, provavelmente por anos, nas atividades de PD&I no Rio Grande do Sul, exigindo um esforço conjunto para recuperar as perdas e restabelecer a competitividade científica do estado tanto em nível nacional quanto internacional.

Neste sentido são demandas das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul:

- Na avaliação do quadriênio 2021-2024, congelar conceitos dos Programas de Pós-Graduação (PPG), para aqueles cujas notas seriam reduzidas por conta do impacto negativo das ações de pesquisa e pós-graduação no ano-base 2024, conforme descrito no campo específico da plataforma Sucupira, e manter a avaliação para aqueles PPGs que tiverem impacto reduzido. Solicitamos que as áreas sejam instadas a reconhecer, na avaliação quadrienal, os esforços dos PPGs que estão realizando trabalhos de apoio humanitário, na gestão pública e na apresentação de projetos técnico-científicos que representam soluções para o enfrentamento da crise climática;
- Que o CTC-ES discuta para o próximo quadriênio 2025-2028 ações de proteção aos PPG do estado do RS, pois muitos aspectos indicam efeitos a médio e longo prazo sobre os PPGs e a pesquisa do estado do RS.
- Formalizar a possibilidade de extensão dos prazos de bolsas de Mestrado e Doutorado em até seis meses;
- Destinar bolsas de Mestrado e Doutorado, a partir das cotas das pró-reitorias, para contemplar discentes que tinham a expectativa de receber bolsas nos próximos meses, mas que não serão beneficiados devido às prorrogações de 2-6 meses;
- Para os PPGs significativamente impactados pela redução do ingresso de alunos em 2024, quando comparado com as médias de ingressantes dos anos anteriores, congelar o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) nos valores de 2024;
- Nos critérios para distribuição de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS) e de bolsas e/ou auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do PROEX, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) considerar o impacto no número de titulados a partir de 2024, evitando perdas de cotas de bolsas aos PPGs do Rio Grande do Sul, em especial para os PPGs significativamente impactados pela redução do número de titulados;
- Nos moldes do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG), considerar a possibilidade de abertura de um edital específico para o Rio Grande do Sul, com disponibilização de bolsas emergenciais e auxílios, visando mitigar os impactos do desastre climático e o fomento às linhas de pesquisa com aderência à temática.

Ainda, solicitamos à Capes e outras instâncias o pedido expresso para que as Instituições de Educação Superior do Rio Grande do Sul sejam consultadas e participem ativamente no delineamento e execução de iniciativas visando à reconstrução e reconfiguração do território do Estado do Rio Grande do Sul.

Reafirmando nossa estima e consideração, os pró-reitores do Rio Grande do Sul, por meio do FOPROP, colocam-se à disposição para auxiliar a CAPES na construção de formas de viabilizar as demandas expressas neste ofício.

Atenciosamente,